

## “PAIS DE MARICAS”: NEGACIONISMO BINÁRIO NO DISCURSO BOLSONARISTA SOBRE A COVID-19

### “COUNTRY OF SISSIES”: BINARY NEGATIONISM IN THE BOLSONARISTA DISCOURSE ON COVID-19

Cíntia Ribeiro<sup>1</sup>  
Sóstenes Ericson<sup>2</sup>

#### RESUMO

Este artigo tem o objetivo de analisar a memória retomada na declaração do presidente Jair Messias Bolsonaro “Tem que deixar de ser um país de maricas” (2020), referindo-se aos papéis de gênero e de sexualidade no enfrentamento à Covid-19 no Brasil. A partir dos pressupostos teóricos inscritos na Análise do Discurso, inaugurada por Michel Pecheux, tratamos dos efeitos de sentido produzidos a partir da afirmação da masculinidade normativa, como condição de superação da crise de saúde pública responsável pela morte de mais de 670 mil pessoas no Brasil. Interessa demonstrar de que maneira o dizer do presidente Bolsonaro nega a ciência, ao tempo em que precariza e silencia gêneros dissidentes do padrão binário, num jogo de polarização de sentidos autoritários.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gênero. Negacionismo. Discurso.

#### ABSTRACT

This article aims to analyze the memory taken up in the statement by President Jair Messias Bolsonaro “It has to stop being a country of sissies” (2020), referring to the roles of gender and sexuality in the fight against Covid-19 in Brazil. From the theoretical assumptions inscribed in the Discourse Analysis, inaugurated by Michel Pêcheux, we seek to understand the effects of meaning produced from the affirmation of normative masculinity, as a condition for overcoming the public health crisis responsible for the death of more than 650,000 Brazilians. Interest to demonstrate how the saying of President Bolsonaro denies science at the same time that it precarizes and silences dissident genres to the binary standard, in a game of polarization of authoritarian meanings.

**KEYWORDS:** Gender. Denialism. Discourse.

#### INTRODUÇÃO

Em diferentes pronunciamentos<sup>3</sup> entre 2020 e 2021, o presidente da República Jair Messias Bolsonaro aparta, na língua e no discurso, saúde pública e conhecimento científico. Soma-se ao seu negacionismo reiterado, a tentativa de inferiorizar sujeitos a partir do gênero, da

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail [cintia.r.ribeiro@gmail.com](mailto:cintia.r.ribeiro@gmail.com)

<sup>2</sup> Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas. E-mail [sericson1@hotmail.com](mailto:sericson1@hotmail.com)

<sup>3</sup> Em 20 de março de 2020 Bolsonaro afirmou: “Depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar.” Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/03/20/depois-da-facada-nao-vai-ser-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro.htm>. Acesso em: 10 fev. 2022.

<sup>3</sup> Em 24 de março, o presidente disse: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55107536>. Acesso em: 10 jan. 2022.

classe social e da sexualidade. Neste artigo, analisamos o enunciado “[...] Tem que deixar de ser um país de maricas [...]”, extraído de declaração feita pelo presidente em 10 de novembro de 2020, durante solenidade de lançamento de programa turístico do Governo Federal, na qual o mandatário do país afirmou<sup>4</sup>: “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas [...] Temos que enfrentar de peito aberto, lutar!”.

A associação da pandemia à pauta de costumes, no dia em que o país já registrava mais de 163 mil mortes em decorrência do novo coronavírus (atualmente são contabilizados 670 mil vítimas fatais), ganhou grande destaque na mídia nacional. A defesa explícita da masculinidade androcêntrica nos leva, então, a uma reflexão sobre o funcionamento do discurso normativo de e sobre gênero, considerando a premissa trazida por Orlandi, para quem “o dizer não é apenas do domínio do locutor, pois tem a ver com as condições em que se produz e com outros dizeres” (ORLANDI, 2012, p. 24). Baseado nos pressupostos teóricos da Análise do Discurso materialista, este trabalho explora os vieses discursivos no dizer “maricas”, engendrados no posicionamento presidencial, legitimado pelo cargo que ocupa e pela potência de circulação nacional.

Iniciamos o aprofundamento da compreensão dos efeitos de sentido deslocados para a expressão “maricas”, pensando o discurso nas condições materiais que o sustentam. E o faremos com ênfase no estudo da memória retomada e dos sucessivos apagamentos de sentido, nos campos do binarismo de gênero e do negacionismo científico.

É relevante destacar que o dizer presidencial não se refere a qualquer gênero. Consideramos que, enquanto adjetivo, “maricas” é marcado no interdiscurso, pejorativamente, pelos sentidos de feminino, de afeminado, de viado, que segundo definição da Aurélia (LIBI; VIP, 2006), a dicionária da língua afiada, refere-se ao homossexual masculino, gay.

Desse modo, o sentido opera na paráfrase, como aquele que, sendo masculino, desloca o seu comportamento para o feminino. Todavia, o funcionamento parafrástico mantém-se também no substantivo “maricas”, no qual identificamos um efeito de subversão e, ao mesmo tempo, de algo próprio do não enfrentamento, da falta de coragem e do medo, atributos que, numa perspectiva androcêntrica, referem-se ao feminino, em oposição à ideia de supremacia masculina.

O entendimento inicial é o de que o gênero binário, parafrasticamente, é tomado por universal e ideal, aquele que resolve, o assertivo. Essa concepção, afetada pelo político e pelo religioso, nas respectivas formações discursivas que (des)autorizam tais dizeres, determina a invisibilidade de gêneros fluídos, que se deslocam para além do binarismo e das determinações heteronormativas, historicamente constituídas.

## 1 Percurso temporal dos sentidos negacionistas

Divulgadas pela imprensa e compartilhadas nos principais aplicativos de troca de mensagens, a declaração presidencial expõe a fragilidade argumentativa terraplanista<sup>5</sup>, ao tentar estabelecer a causalidade entre gênero e enfrentamento da pandemia do novo coronavírus. Tal formulação aponta para o modo como o presidente enuncia, numa posição político-discursiva legitimada pelo cargo de mandatário da nação. Parte-se da premissa de que, em caso de pandemia ou de qualquer assunto de saúde pública, caberia ao chefe de Estado orientar a população com base em critérios científicos. A partir de tais parâmetros, seriam demandadas prioridades, orientações técnicas e sanitárias de contenção ao avanço do SARS-Cov-2 e de suas consequências, mas não é o que identificamos no *corpus* analisado neste trabalho.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 10 fev. 2022.

<sup>5</sup> Crença anticientífica que tem por finalidade questionar, dentre outros aspectos, o formato esférico da Terra. Disponível em: <https://theflatearthsociety.org/home/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

Pensamos na relação entre a demanda (gestão da crise sanitária) e as estratégias de disseminação do novo coronavírus e de proteção à saúde pública, uma vez que

o modo como o grupo citado é designado em um enunciado político tipo porta-voz permite identificar *por quem* a demanda é feita. O que caracteriza a posição de porta-voz como procedimento do *falar por x* no enunciado político, e o que é transmitido é uma demanda, e essa demanda é enunciada publicamente e feita em nome de um grupo (CONEIN, 2016, p. 93).

Diante da proposição “[...] *Tem que deixar de ser um país de maricas* [...]”, levantamos alguns questionamentos: qual a demanda de saúde pública identificada pelo presidente? - *deixar de ser um país de maricas*. Qual a posição de Jair Bolsonaro face ao evento pandêmico? É a posição de porta voz de um governo legítimo e com prerrogativa de foro para orientar a nação brasileira? Em nome de quem Jair Bolsonaro fala? Do governo brasileiro? *Seu* dizer tem base na Organização Mundial de Saúde, nos cientistas, na Agência de Vigilância Sanitária? E mais, a quem se dirige o presidente? A população brasileira?

Vejamos que, na designação de determinados discursos,

cada universo de discurso, doutrinal, profissional ou científico, especifica as populações e as pessoas com termos próprios a seu campo. Utiliza em seus documentos termos exclusivos para designar, evocar e situar não apenas objetos, mas populações (seus agentes, seu público, os grupos e as pessoas que ele privilegia em seu universo) (CONEIN, 2016, p. 89).

É preciso, então, ir além, para identificar o que é privilegiado no discurso. Para tanto, recorremos a Orlandi que, ao tratar dos silenciamentos, afirma: “a política do silêncio se define pelo fato de que ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis em uma situação discursiva dada” (ORLANDI, 2007, p. 73).

Nessa perspectiva, a análise da fala pública mostra a implausibilidade do dizer no enfrentamento à Covid-19, designado no discurso bolsonarista a partir do que ele silencia: a ciência, a saúde pública, a pandemia, a responsabilidade do cargo que ocupa e o gênero. O primeiro ponto analisado se refere às condições materiais da realidade do Brasil naquele dado momento histórico: a presença da Covid-19 confirmada em todas as regiões do país. Ainda assim, o percurso temporal negacionista se estendeu, pois, de fevereiro a novembro de 2020, foram observadas as seguintes formulações: associação da doença à gripezinha; histórico de atleta (força) como definidor da gravidade da infecção; até a ideia de que vírus se combate com masculinidade e força.

Estamos, portanto, diante de dizeres descolados da realidade, ainda que procedentes de um orador legitimado pelo cargo de presidente da República. Isto posto, inserimos a prática discursiva bolsonarista no campo da pós-verdade, relacionando-a a um modo específico de circulação da fala pública, em sua relação com a verdade e/ou com a mentira, na qual tanto sustenta quanto “afirma aquilo que, de alguma maneira, sabe que não corresponde a um estado de coisas. Quando se designa uma prática enunciativa como pós-verdade, você está implicitando, em termos de produção de sentido, tudo isso ao locutor legitimado, autorizado pra dizer (ZOPPI-FONTANA, 2019, s/p).<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Em entrevista em vídeo publicada pelo Observatório da Imprensa em 12/03/2019, na edição 1028, gravada na Universidade Federal de São Carlos, durante o V CIAD – Congresso Internacional de Análise do Discurso. Disponível em: <http://www.pnaic.ufscar.br/posts/view/Miscelaneas-Monica-Graciela-Zoppi-Fontana>. Acesso em: 20 fev. 2022.

Verificamos que a afirmativa de Bolsonaro se dá exatamente num momento em que o governo federal reforça a politização do combate à pandemia em diferentes frentes. De um lado, assume e incentiva movimentos antivacina. Por outro, em gestos de xenofobia explícita, questiona a eficácia do imunizante CoronaVac produzido pelo laboratório chinês Sinovac, em parceria com o Instituto Butantan.

Em março de 2020, a atitude anticientífica extrema foi a suspensão por parte da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) dos testes, em humanos, da vacina CoronaVac. Somam-se às restrições as negativas por parte do Governo Federal de aquisição antecipada de 70 milhões de doses oferecidas pela empresa farmacêutica multinacional Pfizer em agosto do mesmo ano.

## 2 Gênero e ciência: objetos ideológicos

Recorremos a Pêcheux, para enfatizar que os gêneros, assim como a ciência, constituem objetos ideológicos e, portanto, “são sempre fornecidos ao mesmo tempo que a ‘maneira de se servir deles’ - seu ‘sentido’, isto é, sua orientação, ou seja, os interesses de classe aos quais eles servem” (PÊCHEUX, 2014, p.132).

Com base nesse pressuposto, identificamos o discurso de Bolsonaro, direcionado a bolsonaristas, como fonte de silenciamentos e de opressões, em suas tentativas reiteradas de legitimar sentidos de e sobre gênero sempre como forças antagônicas. De acordo com Scott, a construção da oposição compulsória “está em jogo nas proclamações ou nos debates que invocam o gênero para justificar ou explicar suas posições, mas também como percepções implícitas de gênero são invocadas ou reativadas” (SCOTT, 2019, p.75).

Com base nos pressupostos apresentados, vejamos a Sequência Discursiva (SD) a seguir:

SD1 - “[...] *Tem que deixar de ser um país de maricas* [...]”

A referida sequência traz a responsabilidade para o gênero, silenciando uma cadeia de sentidos relativos às responsabilidades inerentes ao cargo ocupado pelo presidente, à exemplo da gestão de políticas sociais, econômicas, educacionais, científicas e de saúde, dentre outras. O dizer, então, retira a responsabilidade institucional e governamental, transferindo, (in)consequentemente, para os “não maricas” o protagonismo do enfrentamento à crise sanitária.

Na sequência discursiva em análise, identificamos o direcionamento para um sentido único de gênero e de ciência. Desse modo, é possível inferir que a produção de sentidos, orientada ideologicamente por uma política de extrema direita, pauta tanto o conservadorismo quanto o negacionismo científico. Tal orientação normatiza, portanto, o gênero binário, especificamente o masculino, enquanto instrumento ideológico autorizado e capaz de condução da pandemia.

Desse modo, identificamos o deslocamento de uma fala individual do presidente para o que seria um *discurso bolsonarista*, reproduzido por “seguidores” que “dedicam seu apoio e amor incondicionais ao seu ídolo. Atendem a suas convocações, espelham-se em sua práxis violenta, seja na mobilização da língua fascista como no tom de voz e atitudes, comportando-se a sua imagem e semelhança” (INDURSKY, 2020, p.4).

A transição dos efeitos de sentido da fala pública presidencial para a coletividade de seus seguidores impacta as subjetivações de gênero, contribuindo sobremaneira para o aumento

expressivo da escala de misoginia e segregação de corpos LGBTQIAP+<sup>7</sup>. E se partimos do pressuposto de que “há repetições que fazem discurso: é nesse ponto que se conectam a problemática da eficácia ideológica (*“um discurso pega quando o retomamos”*)” (COURTINE; MARANDIN, 2016, p. 46, grifo dos autores).

A repetição dos sentidos normativos de gênero no discurso bolsonarista, a exemplo da SD em tela, reativa e reforça a espiral de sucessivos apagamentos. Não apenas isso, o discurso em questão opera no que Pêcheux considera como “efeito de desidentificação [...] ao exibir o real enquanto necessidade pensada” (1995, p. 221). Parafrasticamente, tem-se o binarismo enquanto gênero universalizante, pensado, reproduzido e naturalizado.

Tomando por referência um tipo de soberania pautada pela necropolítica (política da morte), Mbembe afirma que nela o gestor toma para si “a capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é ‘descartável’ e quem não é” (2019, p.41), razão pela qual “maricas” não importam, nem a ciência importa. Para o discurso em tela, o sucesso do enfrentamento à pandemia é coisa de macho, e não de uma gestão pública e de investimento em pesquisa. Assim, o discurso bolsonarista se caracteriza, ao mesmo tempo, como negacionista e sexista, retomando a memória das rejeições do gênero não binário na sociedade capitalista, e tendo em conta que

a rejeição institucionalizada da diferença é uma necessidade absoluta em uma economia baseada no lucro que precisa de forasteiros como superávit. Como membros dessa economia, todos nós fomos programados para reagir com medo e ódio às diferenças humanas e a lidar com essas diferenças de determinada maneira, dentre três: ignorá-las e, se isso não for possível, imitá-las se acharmos que são dominantes, ou destruí-las se acharmos que são subordinadas (LORDE, 2019, p. 240).

Nessa perspectiva, pensamos o gênero como o “forasteiro”, cuja nomeação “maricas” não se dá com respeito às diferenças mas, ao contrário, ela funciona na desidentificação, e na tentativa de subalternização e de descarte. Concordamos com Lorde (2019, p. 240), quanto às distorções que podem ocorrer em determinadas nomeações de diferenças raciais, etárias e de gênero: “não são elas que estão nos separando e sim a nossa recusa em reconhecer essas diferenças e em examinar as distorções que resultam do fato de nomeá-las de forma incorreta e aos efeitos sobre o comportamento e a expectativa humana”.

Os efeitos de sentido produzidos, então, impactam na circulação da desinformação oficial, se considerarmos sua reprodução em diferentes meios midiáticos e digitais. Nesse aspecto, Dias afirma que nas discursividades em rede “a textualização é determinada pelo processo de atualização dos sentidos no eixo horizontal. Não se trata da atualização da memória discursiva pela formulação num intradiscurso, mas da atualização de dados pela circulação” (DIAS, 2015, p. 975).

Trata-se de um tipo de reprodução afetada pela produção de novos conteúdos, compartilhados, por exemplo, em canais do *telegram*, *whatsapp* e *youtube*. Cabe ressaltar, no entanto, que a circulação que possibilita o cruzamento entre a ampliação dos efeitos e das *formas ideológicas* da submissão dos indivíduos é considerada como aquela que

[...] se deixa apresentar esquematicamente por meio de uma série de oposições no que diz respeito às diferenças práticas na relação dos sujeitos com seu

---

<sup>7</sup> Utilizada por organismos internacionais (ONU e Anistia Internacional), a sigla LGBTQIAP+ representa: **L**: Lésbicas; **G**: Gays; **B**: Bissexuais; **T**: Travestis, Transsexuais e Transgêneros; **Q**: Queer; **I**: Intersexo; **A**: Assexuados; **P**: Pansexuais;...

corpo, sua língua, seu pensamento [...]. Observamos também o costume à obediência e ao adestramento; invocação religiosa como comportamento ritualizado (com as práticas de doutrinação, da censura e da confissão) (PÊCHEUX, 2015, p. 109).

É, portanto, na circulação/reprodução que se materializa a base ideológica do discurso bolsonarista. Por sua vez, a constituição do referido discurso está ancorada na evocação e retomada de elementos próprios ou característicos do fascismo e da religião, entranhados e alinhados na manutenção dos efeitos inerentes ao ritual de submissão à ideia de gênero universal, heteronormativo.

Os gestos de curtir e compartilhar disponíveis em plataformas como *whatsapp*, *facebook*, *twitter* e *Instagram* são postos, então, como expressões dos processos de circulação de sentidos, como “efeito de desconhecimento-reconhecimento ligado à *identificação* do sujeito com Sujeito, com outro sujeito e consigo mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 205). Também é preciso considerar a contra-identificação, efetivada em gestos como não curtir nem compartilhar e em comentários, nos quais os sujeitos se posicionam em contrário, embora não bloqueiam ou deixam de seguir determinado perfil. Isto porque, na concepção de Pêcheux, o interdiscurso sempre está “a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com a formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou a rejeite” (2014, p. 200).

Desse modo, a disputa pela palavra tem ocupado o ambiente virtual em hiperescala, produzindo efeito de verdade no deslocamento de sentidos em velocidade e volume inimagináveis.

### 3 Triângulo rosa<sup>8</sup> - uma metáfora para a marcação e o descarte dos “maricas”

Avançando na análise, consideramos que o presidente Bolsonaro com seu discurso simula o ideal masculino por meio da precarização e da verticalização de gênero, uma vez que, ao subalternizar *maricas*, marca determinados corpos como aqueles que devem ser excluídos. Assim, o discurso incorpora memórias em que determinado gênero é enquadrado, e silenciado, em uma cruzada imaginária contra um vírus mortal. Na tentativa de formar o seu exército, cujo critério de alistamento é a virilidade<sup>9</sup>, o presidente então toma para si o direito à convocação do ideal masculino genitalizado, engendrado em padrões androcêntricos.

Nesse ponto, deparamo-nos com a memória de um gênero totalizante e de opressões históricas vivenciadas por corpos LGBTQIAP+. É por esta via que o movimento de evocação a acontecimentos passados retoma sentidos, considerando que

o processo discursivo não tem, de direito, início: o discurso se conjuga sempre sobre um dispositivo prévio, ao qual ele atribui o papel de matéria-prima, e o orador sabe que quando *evoca* tal acontecimento, que já foi objeto de discurso, ressuscita no espírito dos ouvintes o discurso no qual esse acontecimento era alegado, com as “deformações” que a situação presente introduz e da qual pode tirar partido (PÊCHEUX, 2014, p. 76, *grifo do autor*).

<sup>8</sup> Inspirado na obra de Schwab e Brazda (2011).

<sup>9</sup> Curiosamente, a denúncia de autorização de compra, por parte das Forças Armadas, de 35 mil comprimidos do estimulante sexual *viagra* à Pfizer coincide com o momento desta escrita. A dosagem dos comprimidos e a incidência da doença citada na justificativa do governo para a compra ignoram, por sua vez, a racionalidade científica. Disponível em: Doença usada como justificativa para compra de 35 mil comprimidos de *Viagra* para as Forças Armadas é rara e atinge mais mulheres do que homens | Distrito Federal | G1 (globo.com). Acesso em: 12 abr. 2022.

É o que damos a ver na SD em análise, que funciona no agenciamento dos ouvintes para o sentido de inutilidade dos “maricas”. Em sendo inúteis, os “maricas” devem ser descartados e apagados da falsa demanda posta pela pandemia: força e coragem. No entanto, refazendo o percurso da memória discursiva, em busca dos sentidos da exclusão conclamada no dizer presidencial, observamos que

o passado não é livre. Nenhuma sociedade o deixa à mercê da própria sorte. Ele é gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente. Por esse passado, normalmente distante, mais ou menos imaginário, estamos prontos para lutar, para estripar o vizinho em nome da experiência de seus ancestrais (ROBIN, 2016, p. 31).

Nosso gesto de análise, então, identifica o movimento de ocultação da designação “maricas” e, ao mesmo tempo, a celebração da masculinidade. Soma-se a essa polarização entre o bem (masculino) e o mal (“maricas”) a evocação aos sentidos de *estripar* e extirpar corpos homossexuais a partir de uma memória discursiva de opressão e tentativa de extermínio, como o próprio de um discurso de viés autoritário (ESTEVEES; SILVA, 2021). Nesta perspectiva, os *maricas* representam o *vizinho incômodo* (ROBIN, 2016), em uma sociedade autoritária que rejeita e intersecciona diferenças de gênero, de classe social e de raça.

Desse modo, nomear “maricas” representa um gesto de marcar e inviabilizar a trajetória de corpos. Assim como alguns animais ainda são marcados a ferro e fogo, “maricas” são discursivamente marcados e atravessados, ideologicamente, pelo fogo cruzado dos *sentidos virais* (ERICSON; RIBEIRO, 2021). É, portanto, pelo funcionamento da memória que identificamos o cruzamento de uma fronteira perigosa, aproximada do discurso homofóbico presente, por exemplo, na repressão aos homossexuais durante a Segunda Guerra mundial.

Vejamos que

em discurso feito em 18 de fevereiro de 1937, o *Reichsführer SS*<sup>10</sup> Himmler declara, ao falar sobre a homossexualidade e o suposto número de homossexuais na população, que, “se continuarmos assim, nosso povo corre o risco de ser aniquilado por essa praga”. Os homossexuais são considerados indivíduos não reprodutores e, assim, como podem assegurar a perenidade da raça? Por esse discurso, a condenação da homossexualidade não parece mais responder a uma exigência moral, mas sim à necessidade de preservar a raça. Começa então o cadastramento dos homossexuais na Central do Reich para reprimir a homossexualidade (SCHWAB; BRAZDA, 2011, p. 170).

A associação a práticas nazistas leva em conta que a fala pública presidencial sobre gênero é constantemente atravessada por práticas autoritárias e nazifascistas que a precederam. Nesse sentido,

há uma memória discursiva proveniente da Formação Discursiva nazifascista que se atualizou em determinados momentos históricos do Brasil. Foi assim com o integralismo, versão brasileira do fascismo e contemporânea do regime fascista de Mussolini e do III Reich de Hitler, sem contar com o Estado Novo de Getúlio Vargas (INDURSKY, 2020, p. 9).

---

<sup>10</sup> SS – Sigla de *Schutzstaffel*, inicialmente a guarda próxima de Hitler e depois uma organização autônoma no seio do Estado nazista.

Entendemos, dessa maneira, que o discurso bolsonarista não se encerra em si mesmo. Ao contrário, produz efeitos de sentido a partir de uma matriz discursiva de viés autoritário. Por esta via, a memória discursiva da repressão se atualiza em políticas heteronormativas e anticientíficas. Damos a ver, então, a fala pública presidencial funcionando na reprodução de sucessivos silenciamentos, nos diferentes espaços de circulação de sentidos.

Cabe considerar que não se trata apenas de processos de significação em disputa, mas também, e fundamentalmente, de uma materialização linguístico-discursiva de repressão à homossexualidade no governo Bolsonaro, o que nos permite recuperar no processo histórico um desfecho extremo:

Quanto aos deportados por homossexualidade, sempre representaram menos de 1%. Somavam 75 no final do ano de 1942 e 189 no final de 1944. Ao todo, de 1937 a 1945, cerca de 500 usaram o triângulo rosa. Isso sem contar as outras centenas de homossexuais, marcados com o triângulo verde, colocados em *Vorbeugehaft* (detenção preventiva) ou tendo cumprido mais de uma pena de prisão; os triângulos negros, os antissociais, aqueles das prisões em massa de 1938; e, por fim, os homossexuais deportados por outro motivo que não a sua sexualidade (SCHWAB; BRAZDA, 2011, p. 107).

Não custa lembrar que a afirmativa do Presidente da República foi feita num momento em que o país liderava o *ranking* mundial de assassinatos de pessoas LGBTQIAP+. De acordo com o Observatório de mortes violentas de LGBTQIAP+ no Brasil - 2020<sup>11</sup>, entre 2019 e 2020, o país registrou 237 mortes violentas (homicídio, suicídio e latrocínio) nessa população. Ainda que represente uma queda de 28% em relação ao período anterior, estima-se um alto índice de subnotificação devido à pandemia da Covid-19.

Os dados apresentados pelo referido Observatório realçam como a violência contra essa população está presente, historicamente, na sociedade brasileira, o que pode ser demonstrado pela mediação do discurso bolsonarista. Desse modo, consideramos que o enunciado em análise não opera na ruptura, mas na reprodução de sentidos de gêneros não normativos, pelo funcionamento de interdições e oposições. Tendo em conta que em “todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória [...] a paráfrase está do lado da estabilização [...]” (ORLANDI, 2013, p. 36), damos a ver tal condição por meio de processos parafrásticos:

SD 2 - “Não adianta fugir disso, fugir da realidade. Tem que deixar de ser um país de maricas [...] Temos que enfrentar de peito aberto, lutar! [...]”

O Brasil é um país de maricas.

O Brasil precisa deixar de ser um país de maricas.

A pandemia não é coisa para maricas.

A pandemia é coisa para machos.

Machos lutam de peito aberto.

Maricas não lutam de peito aberto.

Maricas não lutam [Logo, são desnecessários e podem ser descartados].

Tais formulações remetem à necessidade de controle do mandatário da nação brasileira à concepção de um gênero ideal, normativo. Destacamos que tais formulações remetem a uma arena discursiva instaurada em “lutas por reconhecimento de outras formas de existência

<sup>11</sup> Disponível em: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2021/05/observatorio-de-mortes-violentas-de-lgbti-no-brasil-relatorio-2020.-acontece-lgbti-e-ggb.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2022.

histórica, produzidas por processos de subjetivação nos quais identificações de gênero e sexualidade participam tanto para a reprodução de normas quanto para a sua ruptura” (ZOPPI-FONTANA, 2017, p. 63-71).

Quanto aos processos rupturas às convenções de gênero localizamos em Butler uma reflexão sobre a relação entre linguagem, reconhecimento e violência contra corpos, uma vez que

se a linguagem pode sustentar o corpo, pode também ameaçar sua existência. Começamos a existir em virtude também dessa dependência fundamental do chamamento do Outro. Nós “existimos” não apenas porque somos reconhecidos, mas a priori, porque somos reconhecíveis. Os termos que facilitam o reconhecimento são eles próprios convencionais; são os efeitos e os instrumentos de um ritual social que decide, muitas vezes por meio da exclusão e da violência, as condições linguísticas dos sujeitos aptos à sobrevivência (BUTLER, 2021, p. 17).

Nesse sentido, a opressão e o sexismo operam no discurso como método de manipulação e distorção, razão pela qual a análise torna irremediável a necessidade de transpor, a partir do discurso bolsonarista, o que Pêcheux chama de “nuvens de fumaça, cujas camadas, atualmente, não param de se estender” (2014, p. 276). A discursividade posta em funcionamento no dizer presidencial confunde, então, a percepção do real dos gêneros e da ciência. Reitera a exclusão dos “maricas”, contribuindo para o fortalecimento de práticas de violência contra corpos designados como “maricas”.

Tais comandos discursivos descolados das práticas sociais, científicas, de saúde pública e de gênero nos levam a realçar a necessidade das práticas de resistência, pois de acordo com Pêcheux, “é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente no verdadeiro (!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça” (2014, p. 276). Entendemos assim que a justiça de e sobre gênero passa pela desconstrução do normativo e do sentido do masculino funcional (re)produzido no discurso bolsonarista.

## CONCLUSÕES NÃO BINÁRIAS

A apropriação do gênero no discurso bolsonarista silencia o óbvio, o papel da ciência no controle à pandemia de Covid-19. Portanto, tenta não significar a gestão pública como instância decisória, na qual são definidas políticas sanitárias efetivas, investimentos em pesquisas, aquisição de medicamentos, imunizantes e tecnologias. Principalmente: a preservação da vida de todas, de todos e de todes<sup>12</sup>.

Nesta análise, trabalhamos com a circulação de um dizer autorizado, que se movimenta e se sustenta na e pela desinformação deliberada e institucionalizada. Como efeito, o sentido vai sendo construído sob as sucessivas interdições que escapam à heteronormatividade e reforçam a ação do político sobre ciência e gênero. Ao autorizar dizeres homofóbicos e sexistas, o discurso bolsonarista estende uma cortina de fumaça com potencial de ofuscar, por meio da produção da desinformação, não apenas as subjetivações de gênero e de sexualidade, mas o papel da ciência e de saberes legitimados no desenvolvimento de ações concretas no combate à disseminação de um vírus mortal.

Esta análise nos coloca diante do gênero binário, enquanto matriz genitalizada e autoritária em oposição aos “maricas”, ao afeminado, ao gay, ao viado. O masculino no discurso bolsonarista é posto, então, como o modelo cisnormativo, funcional e androcêntrico. Dessa

---

<sup>12</sup> A adoção de “todes” decorre do nosso posicionamento teórico e político, assumido em razão da perspectiva feminista adotada em nossos estudos.

maneira, o discurso retoma a memória do masculino dominante, ao mesmo tempo em que determina o silenciamento das subjetivações desviantes. A designação “maricas” é, então, situada enquanto alvo supostamente passivo de ataque e de invisibilidade pública, constituindo-se, portanto, um dizer agenciado no e pelo negacionismo, num lugar discursivo no qual não importam as mortes evitáveis das mais de 670 mil pessoas, desde que o Brasil deixe “de ser um país de maricas”. O discurso bolsonarista serve à Bolsonaro e à cruzada da extrema direita, em nome da normatização do gênero binário na sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUTLER, Judith. **Discurso de ódio** [recurso eletrônico]: uma política do performativo. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2021.

CONEIN, Bernard. **Materialidades Discursivas**. Bernard Conein et al. (org.) Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. **Que objeto para a Análise de Discurso?** In: CONEIN, Bernard et al. (org.). **Materialidades Discursivas**. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

DIAS, Cristiane. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do corpus. **Estudos Linguísticos**. São Paulo, v. 44, n.3, p. 972–980. 2015.

ERICSON, Sóstenes; RIBEIRO, Cíntia. Discurso das fake news e sentidos virais no funcionamento e reprodução do gênero normativo. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v. 16, n. 25, p. 107-128, 2021.

ESTEVES, Fábio Jesus; SILVA, Sóstenes Ericson Vicente da. Do “não ousem contestar” ao “cala a boca!”: efeitos de sentido do discurso autoritário. **Revista Investigações**, Recife, v. 34, n. 2, p. 1-17, 2021.

INDURSKY, Freda. O teatro do grotesco como cenário da desconstrução do Brasil. **Revista da Abralín**, v. 19, n. 3, p. 365-388, 2020.

LIBI, Fred; VIP, Ângelo. **Aurélia**, a dicionária da língua afiada. São Paulo: Ed. Bispo, 2006.

LORDE, Audre. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica, biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas/SP: Pontes Editores, 2012.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios e procedimentos**. 11. ed. Campinas/SP: Pontes Editores, 2013.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio:** no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2007.

SCHWAB, Jean Luc; BRAZDA, Rudolf. **Triângulo Rosa** – um homossexual no campo de concentração nazista. São Paulo: Mescla, 2011.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 2. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e Discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Campinas/SP: Pontes Editores, 2015.

ROBIN, Régine. **A memória Saturada.** Trad. Cristiane Dias e Greciely Costa. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2016.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil para análise histórica. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista: conceitos fundamentais.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

ZOPPI-FONTANA, Mônica. Lugar de fala: enunciação, subjetivação, resistência. **Conexão Letras.** Rio Grande do Sul, v.12, n.18, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/79457/46458>. Acesso em: 20 mar. 2022.

Submetido em 12-08-2022

Aceito em 12-10-2022